

Projeto de Intervenção

Estratégia em Saúde da Família - UNA SUS - UNIFESP

Redução de danos: orientação aos profissionais envolvidos para um cuidado eficaz

Patricia de Oliveira Sampaio

Orientadora: Sonia Regina Cardim de Cerqueira Pestana

Introdução

A política de redução de danos no Brasil ainda é vista como tabu, muitos consideram uma apologia ao uso de drogas ilícitas e não são favoráveis ao trabalho exercido nesta área.

O foco da Redução de Danos (RD) está em estratégias para minimizar os danos sociais e à saúde relacionados ao consumo de drogas, mesmo que a intervenção não diminua o consumo de forma imediata, centrando-se nas necessidades sociais do usuário, o engajando de forma respeitosa no seu tratamento. Infelizmente, diversos equipamentos da rede ainda trabalham com visões proibicionistas e preconceituosas em relação aos usuários de drogas. A importância da articulação da rede de saúde e dispositivos sociais são pontos essenciais na abordagem da RD, a fim de criar espaços e políticas inclusivas a esse grupo. (ALVES, 2009).

A Política Redução de Danos é uma política baseada em uma estratégia de Saúde Pública, que vislumbra o grande problema enfrentado pela sociedade atualmente que é referente ao uso das drogas no Brasil, sejam estas lícitas ou ilícitas. Esta atual problemática deve ser compreendida não como uma questão de Segurança Pública, mas sim, como um problema de Saúde Pública, observando-se os aspectos sociais e econômicos, sem obrigatoriamente reduzir o consumo de drogas por parte do usuário.

Tendo em vista que o usuário encontra-se exposto aos danos provocados pelas drogas em si e, além disso, encontra-se sujeito a muitos outros riscos, a Política de Redução de Danos visa preservar a saúde destes usuários, visto que os mesmos encontram-se sem um real discernimento no momento em que as substâncias psicoativas estão fazendo efeito em seu organismo. Desse modo, os usuários colocam-se em situações de sujeição a riscos como, por exemplo, tentar suicídio, ter overdoses, sofrer acidentes, ter prejuízos cerebrais irreversíveis, além de poder adquirir doenças, como AIDS e hepatite, pelo compartilhamento de seringas ou relação sexual sem proteção. (RUI, 2014)

A ideia de "Redução de Danos" surgiu na década de 1980, quando o vírus HIV passou a espalhar-se de forma extremamente veloz pelo mundo, assim como pode ser observado que ainda acontece até os dias atuais. O objetivo da Redução de Danos não é discutir a conduta do usuário em si, mas se o comportamento deste usuário é seguro tanto para ele como para os que o cercam

Atualmente o Brasil adota a Política Redução de Danos, mas ainda sem consenso. Um dos maiores problemas enfrentados para que a Política de Redução de Danos seja implantada com efetividade é que a grande maioria das pessoas consideram a mesma não como uma forma de tratamento do usuário, mas como um meio de fomentar ainda mais o consumo de drogas, sejam estas legais ou ilegais. (ALVES, 2009)

Outro fator que dificulta a implementação desta política é que as pessoas também acreditam que o fornecimento de materiais descartáveis aos usuários ou profissionais aptos para orientá-los, etc, se tornaria excessivamente oneroso para o Estado, enquanto o objetivo deveria ser a desintoxicação total do usuário e não somente a Redução dos Danos à saúde dele. Este argumento é equivocado, pois os instrumentos fornecidos aos usuários, seriam muito menos custosos do que o tratamento prestado pelo Estado a apenas uma pessoa com HIV por exemplo. Evitar a propagação das doenças além de acarretar uma grande redução de gastos aos cofres públicos, evitaria principalmente o sofrimento e desgaste à população.

Objetivos

Objetivo geral: Avaliar o processo de implantação do treinamento de profissionais de saúde na política de redução de danos, seguido por uma intervenção breve e a sua implantação como uma nova rotina dos serviços de atenção primária à saúde

Objetivos específicos

1. Discutir e divulgar o projeto para a equipe local.
2. Treinar os profissionais da equipe local.
3. Implantar e avaliar o projeto.

Método

Local: Unidade Básica de Saúde a definir no município de São Paulo

Público alvo: Pacientes dependentes de álcool e drogas. Participantes: Gestores do sistema municipal de saúde e profissionais que atuam no atendimento destes pacientes em serviços de atenção primária à saúde

Ações

1. Divulgação da implementação da redução de danos, informando sobre palestras sobre o tema e grupos a serem formados, com abordagem ao público da comunidade e profissionais de saúde.
2. Treinamento dos profissionais: profissionais dos serviços de atenção primária à saúde participarão de um treinamento, que terá como conteúdo: Redução de danos: início da RD no mundo e no Brasil; Como implementar a RD na unidade local; instrumentos de diagnóstico e triagem de usuários; importância da prevenção ao uso abusivo de álcool e drogas ilícitas na atenção primária; abordagem da comunidade pelos profissionais redutores de danos.
3. Processo de implantação do projeto, com participação de gestores e profissionais de saúde, discutindo a melhor maneira de implantar junto à comunidade.

Avaliação / Monitoramento: Para a avaliação da satisfação dos profissionais em relação ao treinamento será aplicado um questionário estruturado com questões sobre avaliação do processo como um todo, assim como a opinião de cada um sobre a redução de danos, antes e após o treinamento, com o objetivo de quebrar paradigmas e desfazer falsas crenças e tabus.

Resultados esperados: Possibilidades de benefícios e aprimoramento da saúde coletiva por meio da implantação de medidas de prevenção, controle e educação em saúde, levando em consideração práticas alternativas de cura. Educar profissionais de saúde em relação à Redução de Danos e desfazer crenças em modelos antigos de atendimento a usuários de álcool e drogas ilícitas.

Referências bibliográficas

TAVARES, L.A; et al. Drogas: tempos, lugares e olhares sobre seu consumo. Salvador: EDUFBA; CETAD/UFBA, 2004.

ALVES, Vânia Sampaio. Modelos de atenção à saúde de usuários de álcool e outras drogas: discursos políticos, saberes e práticas. *Cad. Saúde Pública* [online]. 2009, vol.25, n.11, pp.2309-2319.

RUI, Taniele. *Nas tramas do crack: etnografia da abjeção*. 2014. Terceiro Nome, São Paulo: 400p.

Figura1: http://reducaodedanossaibamais.blogspot.com.br/2015_06_01_archive.html